

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

RESISTÊNCIAS À PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL E ARGENTINA

Bruno Gonçalves Gavião¹
Tânia Regina Krüger²

RESUMO

O presente artigo busca apresentar as pautas de movimentos sociais de resistência aos processos de privatização dos serviços de saúde pública no Brasil e Argentina. A partir da realidade latino-americana de formação de Estado abordamos os limites da participação democrática e a autonomia nesses países diante do capital mundial, na conjuntura do final do século XX e início do XXI. As resistências frente à privatização da saúde no Brasil e Argentina serão apresentadas a partir de pesquisa bibliográfica e documental com base nas experiências, no Brasil com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), e na Argentina via Unión de Trabajadores en Salud (UTS). Ambas as experiências apresentadas, apesar de diferentes em sua organização e atuação, apontam em sua agenda de luta a defesa do Sistema de Saúde público, universal e de qualidade.

Palavras-chave: Saúde; Privatização; Brasil; Argentina.

ABSTRACT

The present article aims to present the agendas of social movements resisting the privatization processes of public healthcare services in Brazil and Argentina. Drawing from the Latin American reality of state formation, we address the limits of democratic participation and autonomy in these countries in the context of the late 20th and early 21st centuries in the face of global capital. The resistances against healthcare privatization in Brazil and Argentina will be presented based on bibliographic and documentary research, focusing on the experiences of the *Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde* (FNCPS) – National Front Against Healthcare Privatization – in Brazil and the *Unión de Trabajadores en Salud* (UTS) – Union of Health Workers – in Argentina. Despite their different organization and actions, both experiences presented point to their struggle agenda the defense of a public, universal, and high-quality healthcare system.

Keywords: Healthcare; Privatization; Brazil; Argentina.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). Graduado em Serviço Social pela UFSC. Especialista em Saúde da Família. assistentesocialbrunogaviao@gmail.com

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). tania.kruger@ufsc.br

PROMOÇÃO



APOIO

1. INTRODUÇÃO

O Brasil e Argentina vivenciam especialmente nas duas últimas décadas intensos processos de privatização do patrimônio e da gestão dos serviços públicos. Nos serviços de saúde esses processos de privatização mostram suas particularidades e ferocidades do setor privado para acessar os recursos públicos destinados aos serviços de saúde. Nos dois países as políticas privatistas não têm acontecido sem as resistências de movimentos sociais que se organizam em prol de serviços de saúde pública, universal, gratuita e com gestão estatal.

Ambos os países integram o território latinoamericano que se formou na base da autocracia, com histórico de extermínio dos povos originários, escravização, repressão, golpes militares frequentes e exploração econômica contínua, imprimindo em sua estruturação o colonialismo e dependência capitalista. Os processos de privatização dos serviços de saúde não passam ao largo desta história e suas determinações estruturais e conjunturais.

Tanto no Brasil quanto na Argentina, a saúde pública se tornou uma pauta das lutas da classe trabalhadora, já na primeira metade do século XX na Argentina e posteriormente no Brasil. Embora a conquista de um sistema de saúde universal mal tenha sido formalizada, já na década de 1990 as doutrinas da política neoliberal passaram a determinar processos de privatização na organização dos sistemas de saúde, com grandes impactos no acesso aos serviços pela população.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é apresentar as pautas de movimentos sociais de resistência aos processos de privatização dos serviços de saúde pública no Brasil e Argentina. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo tendo como amostra dois movimentos sociais da área da saúde, no Brasil a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPs) e a *Unión de Trabajadores de Salud* (UTS) na Argentina. A construção do texto envolveu a pesquisa bibliográfica e documental. Para caracterizar o movimento social e identificar as pautas da FNCPs foram usados dois documentos elaborados como orientador para Conferências em saúde (FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE, 2015, 2022) o primeiro foi realizado como preparativo para a 15ª Conferência Nacional de Saúde que ocorreu em 2015, já o segundo intitulado “documento orientador da FNCPs para

PROMOÇÃO



APOIO



eventos realizados em 2022” foi criado a partir das perspectivas de conferências em saúde que viriam a ocorrer. A caracterização e identificação das pautas da UTS foram construídas e subsidiadas pelos seguintes documentos intitulados: “Despidos en la salud: ¡Reincorporación ya de Gastón Vacchiani!” de 2014; “UTS: Un gremio independiente del gobierno, democrático y participativo” de 2017; “Congreso extraordinario y nutrido acto. UTS: asumió la nueva conducción” de 2022 (MOVIMIENTO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES, 2014, 2017, 2022a, 2022b), como também a nota “se votó la modificación de la ley 7625: un logro de la lucha de salud” (UNIÓN DE TRABAJADORES DE SALUD CÓRDOBA EL GREMIO DE LA SALUD PÚBLICA, 2023)

O artigo está estruturado em seu primeiro capítulo, com considerações sobre o Estado latinoamericano e caracterizações do Brasil e Argentina no contexto do capitalismo dependente. Seguindo, o item com uma breve contextualização dos Sistemas e Saúde na Argentina e Brasil, bem como, ocorrem as privatizações destas. Por fim, caracterizamos as formas de resistência em ambos países pela defesa de uma saúde pública e gratuita via Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) no Brasil e via *Unión de Trabajadores de Salud* (UTS) na Argentina.

2. A FORMAÇÃO DO ESTADO NA ARGENTINA E NO BRASIL

Pensar a concepção de Estado no Brasil e Argentina, perpassa em relembrar a longa história de lutas sociais e políticas contra a opressão colonial e imperialista. Para Atilio Borón (2002) o Estado na América Latina é fruto de uma herança colonial e de séculos de desigualdade econômica e política, que resultaram na concentração de poder e riqueza nas mãos de elites. Assim, este Estado tem sido historicamente subserviente às elites desde sua colonização, o que resultou em políticas econômicas concentradoras de riqueza e promotoras de pobreza da maioria da população.

Quando Jaime Osório (2019) aponta que além das fissuras de classes que compõem a realidade Latino Americana, o capital dependente tem duas fissuras que definem a particularidade latina. Essas particularidades, ocorrem através da formação social que se constitui o Estado (colonial) e, pela superexploração que

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



determina as relações de classe, frações e setores. Assim o autor (2019, p.206) caracteriza um Estado de capitalismo dependente, com relações restritas de soberania “frente a formação econômico-social e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberania - na medida em que são Estado desenvolvidos, centrais e imperialistas”. Esse processo que ocorre em diferentes períodos, “provoca no Estado do capitalismo dependente relações de subsoberania”. Osório (2019, p.206) ainda alerta, acerca da superexploração da força de trabalho, que a reprodução do capital com base na superexploração gera uma “riqueza no meio do mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego”.

Essa é a grande questão no desenvolvimento de um Estado capitalista dependente como o latinoamericano, com base na extração do capital via superexploração, se torna subordinado, logo sem autonomia. Afinal, “todo projeto político soberano deve necessariamente assumir conotações anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, anticapitalista e popular” (OSÓRIO, 2019, p.206-207), fato que não ocorreu. Quando pensamos no Brasil, logo nos remetemos à análise de Fernandes (2020) que a burguesia se transforma de ‘fora para dentro’, importando e cooptando os movimentos, assim não rompem com as estruturas coloniais e imperialistas.

Falando em Estado dependente, superexploração e coerção, remontamos o período da ditadura militar, que após vários outros episódios de ditaduras em todos os países da América Latina, iniciou uma nova onda de repressão. Em 1964 no Brasil, foi o ponto de recomeço de uma série de ditaduras nos países do Cone-sul, a partir de financiamento e ação direta dos Estado Unidos (Operação Condor), o discurso moral seria contra uma ‘ameaça comunista’, ocasionando uma série de repressões aos movimentos sociais da classe trabalhadora crescente à época. Em 1976 a Argentina entrou em um regime ditatorial de extrema direita, o qual depôs a então presidenta da República María Estela Martínez de Perón. No mesmo ano (19 de julho de 1976), por meio da ‘Operação Condor’ é publicado um informe da CIA, intitulado ‘América do sul: práticas de segurança do CONE SUL’, que demonstra um acordo entre Brasil e Argentina de eliminação de “terroristas” (CONY, 2019).

Segundo Julio Gambina (2020), a memória do povo argentino quanto ao regime militar, em comparação com a experiência brasileira, possui uma tradição de

PROMOÇÃO



APOIO



organização popular mais forte, que permitiu uma construção simbólica diversa no que tange ao período ditatorial recente. O movimento pela memória do período ditatorial converteu esse evento histórico em algo repudiável no imaginário, o que favoreceu a condenação dos envolvidos nos crimes contra a humanidade praticados outrora, enquanto no Brasil houve a anistia total. É oportuna a memória de Hebe de Bonafini, líder do Mães da Praça de Maio, que faleceu em novembro de 2022 e se dedicou à luta pelos desaparecidos e mortos pela ditadura militar na Argentina.

Portanto é perceptível que com as ditaduras e o sistema de capitalismo dependente, tanto o Brasil quanto a Argentina, representam os interesses das classes dominantes locais e globais, articulando a política fiscal e econômica para garantir a maximização do lucro, gerando condições de pauperização massiva. Contudo, existe a possibilidade de uma contra-hegemonia, que deve partir da classe trabalhadora. Segundo Gramsci (2017) o Estado é composto pela sociedade civil e política, e é na sociedade civil que se determina os meios ideológicos e morais, como na família, organizações comunitária, religiosas, entre outras; assim é na plena disputa na relação de classes, que se tem a hegemonia.

A retomada dos regimes democráticos coincide com a chegada da ofensiva neoliberal, com reformas amplas no processo político e social, a partir do Consenso de Washington que incentivou as privatizações e redução do gasto público (GAMBINA, 2020). Apesar de ‘certos avanços’ democráticos conquistados, ocorre o aumento da desigualdade e da “estrangeirização da riqueza socialmente gerada” (2020, p.170)

Esse processo de cooptação dos movimentos sociais, vem sendo atrelado nos Estados, travestido de democracia (consumidor soberano e democracia de consumidores, a intervenção política como uma interação horizontal entre atores privados, devendo, o Estado, ser submetido a um modo de controle extremamente rigoroso) (ZAMORA, 2019; TOLENTINO, 2017), quando reforça os interesses do grande capital, como espaços de legitimação do consenso. Um exemplo que Gambina (2020) cita em relação a cooptação dos movimentos na Argentina, para diminuir o preço da força de trabalho, os sindicatos patronais e o governo pressionam com o objetivo de desarticular a capacidade de organização e

PROMOÇÃO



APOIO



resistência do movimento sindical e social, setorial ou territorial, dos trabalhadores. “Trata-se de disciplinar as organizações sindicais e sociais para facilitar a indução de custos de produção mais baixos, seja no setor privado ou no gasto público social” (GAMBINA, 2020, p.171).

Portanto, o processo do capitalismo dependente latino americano, coloca limites à soberania do Estado nacional, sendo assim, nem mesmo as burguesias locais possuem autenticidade, se transformam ‘de fora pra dentro’, com base nos países desenvolvidos, dando continuidade ao colonialismo e imperialismo. Logo, apesar do avanço com o sufrágio e direitos formalmente conquistados, o período democrático mantém a lógica do capitalismo dependente e a decisão no Estado determinada pelos interesses do mercado burguês e secundarizando a atenção às necessidades sociais da maioria do povo.

3. A POLÍTICA DE SAÚDE E O NEOLIBERALISMO

Enquanto política social, a saúde, está no bojo da ordem capitalista, na possibilidade de ofertar uma mão de obra saudável e forte para geração de mais-valia, bem como de controle da hegemonia burguesa (TEIXEIRA, 2011), apaziguando os movimentos sociais que vinham reivindicando um sistema de saúde estruturado no direito universal, gratuito e estatal.

No Brasil, a partir dos movimentos sociais e a ampliação da concepção de saúde coletiva, com inspirações na Reforma Sanitária Italiana, o movimento da Reforma Sanitária Brasileira nas décadas de 1970 e 1980 lutou pela organização de um sistema de saúde enquanto direito universal, integral, público e com gestão estatal. Com o fim da ditadura militar e a constituinte de 1986-1988, foi aprovado o direito universal, a responsabilidade estatal e com participação comunitária. Contudo, em 1990 dois fatos ocorreram: a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), e o princípio da participação da comunidade passa a se materializar com os conselhos e conferências nas três esferas de governo. Para muitos analistas o surgimento de conselhos e conferências tem significado ampliação da perspectiva institucionalista e distanciamento da perspectiva movimentista (vinculada a movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda) (FLEURY, 2018).

Em 1995 foi elaborado o Plano Diretor de Reforma do Estado (1995), criando mecanismos inconstitucionais de privatização do SUS (REZENDE, 2007), como as Organizações Sociais - OS (1997) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs (1999). O plano foi coordenado pelo ministro Bresser Pereira, com tendência do repasse do fundo público para o privado, justificando que ao Estado caberia “as funções de coordenar e financiar, não mais executar as políticas públicas” (RAVAGNANI, 2013, p.49).

Enquanto na Argentina, já na década de 1940-50 com o governo de Juan Domingo Perón, nomeou o ministro o médico sanitarista Ramón Carrillo e criou o Ministério de Salud, iniciando um Sistema Público de atenção médica enquanto direito cidadão com o plano de criar um Sistema de Serviços de Atenção Médica (SSAM) (CARAVACA, 2015), ampliando o acesso os serviços de saúde focando na prevenção e na promoção e cria a lei o Fundo Nacional de Saúde Pública, Lei n. 13.012/1947. A partir desse processo, além das obras sociais já existentes (instituições estatais e privadas, maioria de gestão dos sindicatos que prestam ofertas de saúde aos trabalhadores a ele filiados e suas famílias), surgem os serviços de saúde pública e a privada. Atualmente, existem três subsistemas de saúde na Argentina, a seguir descritos:

- o público que garante o acesso universal mediante a Ley de Aseguramiento Universal de Salud (LAUS), com financiamento totalmente estatal e com gestão provincial, através de arrecadação de impostos, conforme a Ley n°23.661/1989 (ARGENTINA,1989).
- as obras sociais, que são equipamentos que surgem diante da não assistência por parte do Estado e são pioneiras na saúde com as primeiras experiências em 1854 (GARAY, 2017), em uma auto organização de trabalhadores formais pela saúde, via sindicatos, é contributiva, ou seja, é financiada pelos próprios trabalhadores;
- O subsistema pré-pago que são convênios com empresas médicas.

Estes subsistemas no decorrer dos anos tem passado por reformas, no caso das obras sociais, a partir do decreto n° 9/1993 insere empresas privadas na oferta de serviços de saúde, desta forma, amplia a concorrência entre os sindicatos e retira

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sua centralidade neste subsistema. Tensionando, assim, a relação entre sindicato e governo, ao favorecer empresas privadas. Cerdá (2010) aponta que a criação de programas de reestruturação àquelas instituições com problemas financeiros - via Banco Mundial - para que estivessem aptas para concorrer no subsistema, reforça uma dívida externa do capital.

A privatização em ambos países, têm um maior incentivo nos anos de 1990 como parte da agenda neoliberal e de um programa mais amplo de privatização de setores estatais implementado pelos governos da época, e tais processo sob ordem do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, comprometeram ainda mais os países com dívidas externas e condicionalidades para desenvolver suas políticas sociais. O objetivo era aumentar a eficiência e reduzir os gastos do governo, mas acabou resultando no sucateamento do serviço público, bem como na fragmentação, descentralização e privatização do sistema de saúde, logo ocasionando o aumento das desigualdades no acesso à saúde.

Em 2003 no Brasil, pela primeira vez uma liderança sindical, representante dos trabalhadores, assume à presidente, Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No mesmo ano, na Argentina, Néstor Kirchner, ideologicamente peronista, foi eleito. Contudo, ocorreu nesses governos, uma política de conciliação de classes, que segundo Osório (2019) ao mesmo tempo que promovia programas à classe trabalhadora, aumentava os privilégios das frações e setores mais poderosos do capital. Gambina (2020, p.174) ressalta que na Argentina,

[...] O kirchnerismo não somente foi gestão da ordem capitalista, mas um projeto que impulsionou uma base social de massas com capacidade de atração de organizações e setores sociais diversos [...] foi a forma de gestão do capitalismo tal e qual ele é no país, com soja, megamineração a céu aberto, fracking e dependência de capitais externos. Trata-se de um modelo produtivo gestado desde a ditadura genocida, aprofundado nos 1990 sob hegemonia menemista-peronista e não modificado substancialmente nesses anos, ainda que com distribuição de renda (políticas sociais estendidas) e avanços no emprego e nas negociações coletivas.

Apesar do sentido progressista e de defesa do SUS nos governos PT também se continuou com novas formas de privatização dos serviços de saúde. Em 2012 o projeto de Fundações Estatais de direito privado e das Parcerias Público-Privado,

PROMOÇÃO



APOIO

criou a Empresa Brasileira de Serviço Hospitalares - EBSEH (2011) para gerir os Hospitais Universitários (HU).

A política de conciliação de classes na primeira e segunda década dos anos 2000 acabou desmobilizando e distanciando os setores populares, como o impeachment de Dilma Rousseff (PT) no Brasil e a derrota de Cristina Kirchner nas urnas. Segundo Osório (2019, p.227), o projeto de conciliação fragiliza “os governos no curto e médio prazo, devido a dificuldade de conciliar interesses divergentes de classe frente a demandas e pressões sociais contraditórias”. Com a legitimação das políticas neoliberais e suas versões mais conservadoras por amplos setores sociais, as forças da direita tomam espaço, com Michel Temer e Bolsonaro no Brasil, e Macri na Argentina. Em ambos os países suas políticas ultraliberais, fizeram gestões que se aproximaram do extermínio dos programas sociais.

4. A DISPUTA DA HEGEMONIA PELO MODELO DE SAÚDE

Diante do contexto do território latinoamericano e das particularidades políticas e econômicas da Argentina e Brasil, brevemente apresentadas acima, aqui pretendemos caracterizar e produzir reflexões sobre dois movimentos de resistência ao processo de privatização dos serviços públicos de saúde nos dois países. No Brasil a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCP) criada em 2010 e a Unión de Trabajadores de Salud (UTS) na Argentina em funcionamento há mais de 10 anos (MOVIMIENTO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES, 2022a). São dois movimentos sociais de mobilização e organização dos trabalhadores que vem pautando o posicionamento contrário à privatização da saúde em diferentes espaços no âmbito da sociedade política e civil e se posicionando na defesa e fortalecimento dos serviços públicos de saúde.

Esses movimentos sociais, criam uma perspectiva e um horizonte de ação enquanto classe trabalhadora, com a guerra de oposição (GRAMSCI, 2017), formando lideranças que gera uma atividade na base das massas capaz de tornar qualquer trabalhador um intelectual, um líder e organizador potencial do partido. Isso perpassa na criação, como Carnoy cita (1988) de uma base ideológica (obtido consciência de trabalhador, de classe subordinada e de solidariedade de classe), um

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

educador da contra-hegemonia, 'sitiando' o aparelho do Estado, na direção da superação do capitalismo.

No Brasil, a partir da criação das OS na gestão de serviços de saúde pública, gerou em alguns segmentos sociais a necessidade de retomar a defesa da estatização da saúde. Esta modalidade privatizada de gestão dos serviços de saúde motivou a criação de Fóruns de Saúde, nos estados do Paraná, Alagoas, São Paulo e Rio de Janeiro, e também no município de Londrina. O movimento em âmbito nacional, tomou forma da chamada *Frente Nacional pela procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº1.923/98 - Contra as OSs* (BRAVO; MENEZES, 2014). E em 2012, vem a concretizar, somada a partidos políticos, sindicatos e demais movimentos sociais e estudantil, a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (MENEZES, 2016). Atuando no “campo jurídico, no âmbito do parlamento, no conjunto da sociedade, nas ruas, no controle democrático do controle social, no âmbito da formação” (MENEZES, 2016, p.181-182), como também nos meios de comunicação/opinião pública utilizando do *Blog, Facebook, Instagram, Youtube*.

Diante do cenário, a FNCPS (2022) vem se posicionando em relação à participação democrática no SUS, com as pautas de: Retomada do Debate da Reforma Sanitária e pela articulação efetiva com os movimentos sociais e com as outras políticas, como a Seguridade Social. A constituição de uma Frente pelas liberdades democráticas e defesa dos direitos conquistados e sua ampliação, pela reorganização da classe trabalhadora na construção de um projeto próprio que atenda seus interesses, contra as OSs, OSCIPS, EBSERH, contrárias às terceirização e qualquer forma de privatização, por um SUS 100% público, com gestão estatal e de qualidade. Além das pautas próprias em relação ao SUS, a Frente ampliou suas pautas de lutas na defesa das liberdades democráticas, dos direitos sociais e da soberania nacional frente aos interesses imperialistas. Se posiciona contra a criminalização dos Movimentos Sociais e pelo fim da violência contra todas as minorias em suas mais diversas expressões (FNCPS, 2022).

Enquanto a Argentina, reconhecida pelos movimentos sociais mais ativos que no Brasil, a Unión de Trabajadores de la Salud (UTS) é uma organização sindical

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



autônoma com enfoque maior na província de Córdoba e compõe a Federación Sindical de Profesionales de la Salud de la República Argentina (FESPROSA). A Unión tem criticado a privatização da saúde no país e tem se esforçado para proteger o sistema público de saúde e garantir seu fortalecimento. A UTS divulga suas pautas nas redes sociais com informativos e principais encaminhamentos no *Facebook*, bem como no *Instagram*, com cards e vídeos, no canal do Movimiento Socialista de los Trabajadores (MST) e nas redes da FESPROSA. Além da atuação nas mídias sociais realizam atos e marchas, enquanto estratégias de sensibilização e mobilização da opinião pública.

Algumas das pautas da UTS incluem: a defesa do sistema público de saúde, que o sistema público de saúde acessível e gratuito para toda a população, a qualidade da atenção médica; rejeição à privatização, se opõe à privatização da saúde, denúncias de transferência de recursos públicos para empresas privadas e a redução dos serviços de saúde pública; a valorização e defesa dos direitos dos trabalhadores da saúde (condições de trabalho justas e salários adequados), transparência na gestão do sistema de saúde e a participação democrática da sociedade na tomada de decisões relacionadas à política de saúde (MOVIMIENTO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES, 2014, 2017, 2022b). Estas pautas da UTS refletem sua preocupação com o futuro do sistema público de saúde na Argentina e sua luta para garantir que a saúde seja considerada um direito universal e não uma mercadoria.

No contexto da pandemia de Covid-19 e do sucateamento do sistema de saúde pública, os/as trabalhadores argentinos vem realizando sequências de greve e atos/marchas de repúdio. Na página do Movimiento Socialista de los Trabajadores, o Secretario General de la Unión de Trabajadores de la Salud (UTS), cita Gastón Vacchiani (2022c) “Hay un verdadero Cordobazo de la salud” enquanto grande movimento em prol da saúde pública. O Cordobazo ficou conhecido pela ação do movimento estudantil, que garantiu em 1918 a universalidade do acesso a universidade gratuita e com participação estudantil, conhecida como “Reforma Universitária de 1918” (AZEVEDO, 2018).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Embora os movimentos sociais aqui apresentados sejam diferentes em sua organização, pois uma é frente ampla e suprapartidária, enquanto outra, é um sindicato, possuem semelhanças em suas pautas e ações político-organizativas e manifestações (marchas, atos, greves e ocupações de segmentos políticos afim). Além de realizarem seminários, *lives* e atividades acadêmicas de ensino, extensão e pesquisa, buscando manter o diálogo entre a sociedade civil e política acerca da saúde pública. São dois movimentos sociais que objetivam a organização de uma contra-hegemonia que deve ser anticlassista, antiracista, antifascista e anticapitalista. Defendem um Estado que atenda os interesses da classe trabalhadora, por uma saúde universal, gratuita, totalmente estatal e de qualidade, que seja organizada com participação democrática e respeito à vida em todos os sentidos.

5. CONCLUSÃO

A partir das experiências da FNCPS e da UTS, buscamos apresentar as pautas de movimentos sociais de resistência aos processos de privatização dos serviços de saúde pública no Brasil e Argentina. Para complementar a análise da realidade latino-americano, Jaime Osório nos apontou as entranhas do capital dependente e os limites, o qual relacionamos ao Brasil e a Argentina na atual conjuntura neoliberal para a saúde pública e estatal, compreendendo a reformulação do capital dependente e sua herança colonial. Coerentemente ao autor, os movimentos sociais aqui apresentados, vêm se colocando contrários ao imperialismo e à dependência econômica para questões da saúde. A partir do neoliberalismo, a burguesia utiliza do aparelho do Estado, não só para diminuí-lo, mas para promover-se pelo Estado, criando mecanismos Estatais de privatização. Assim, a privatização vem avançando reforçando a lógica dependente e imperialista. Aos moldes do FMI e BM, a política social, como a saúde, vem sendo utilizada na lógica do lucro aos interesses privados, através de recursos públicos.

Por fim, a resistência ocorre através de estratégias de articulação, mobilização e organização dos(as) trabalhadores. Então, em ambos países, existem movimentos pela defesa de uma saúde pública e gratuita, como vimos a Frente

PROMOÇÃO



APOIO



Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) no Brasil e a *Unión de Trabajadores de Salud* (UTS) na Argentina. Apesar de diferentes entre elas, representam ser instrumentos de resistência da classe trabalhadora, como alternativa contra-hegemônica da saúde.

A saúde não deve ser vista apenas como um problema individual, mas como uma questão que afeta a sociedade como um todo e que deve ser abordada de forma coletiva a partir de suas determinações sociais. A importância da equidade na saúde, argumentamos que a desigualdade social e econômica tem um impacto direto na saúde e na participação das pessoas. Assim, os novos modelos de gestão, além da transferência de decisão e recursos do Estado ao sistema privado, limita a participação democrática da população usuária do serviço.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **LEY 23.661**. Creación. Ambito de aplicación. Beneficiarios. Administración del Seguro. Agentes del Seguro. Financiación. Prestaciones del Seguro. Jurisdicción, infracciones y penalidades. Participación de las Provincias. Disposiciones transitorias. Sancionada diciembre 29 de 1988. Promulgada Enero 5 de 1989. Buenos Aires, 20/01/89. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/63/norma.htm>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

AZEVEDO, W. F. **Cordobazo**: o levante de estudantes e trabalhadores contra a ditadura na Argentina de 1968-69. Entrevista especial com Néstor Pitrola. Instituto Humanitas - UNISINOS. 26 Mai. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/579258-cordobazo>

BORÓN, A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra. 2002. p.7-48.

BRASIL. **Lei nº 12.550**. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Brasília - DF. 2011.

BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. **As lutas pela saúde e os desafios da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde na atualidade**. In. M. I. S. Bravo & J. S. B. Menezes (Eds.). A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização (p. 75-81). Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius. 2014. Disponível em https://drive.google.com/file/d/0B3SRQLv1tEAVeGhNeEE2MEc5SIU/edit?resourcekey=y=0-vprm9YISK6zEES_GbU_VPQ Consulta em 13 jun. 2023.

CARAVACA, N. A. S. **A POLÍTICA DE SAÚDE ARGENTINA**: um aporte histórico para sua caracterização e problematização. Seminário Nacional de Serviço Social,

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Trabalho e Políticas Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2015. Disponível em:

https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_287.pdf.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 2ª edição. Campinas: Papius, 1988. p.89-117.

CERDÁ, J. M. **EL SECTOR SALUD EN LA ARGENTINA DE LOS '90. CONTROVERSIAS ACERCA DE LAS OBRAS SOCIALES SINDICALES**. 2010. Astrolabio, (2). <https://doi.org/10.55441/1668.7515.n2.173>.

CONY, C. H.; LEE, A. **Operação Condor**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FLEURY, S. Reforma Sanitária: múltiplas leituras diálogos e controvérsias. In: Fleury S, (Orgs). **Teoria da Reforma Sanitária: diálogos críticos**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2018.

FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE. **Quem somos?**. 2015. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0B3SRQLv1tEAVUDZNSXBwN0EyWDg/view?resourcekey=0-CbkYhtC4XupowOrsipQKmw>. Consulta em 12 jun. 2023.

FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE. **Documento orientador da FNCPS para os eventos realizados em 2022**. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1J_xvhDwwEYwPI8FzZherHZv_VN-RRVs4/view?usp=sharing. Consulta em 12 jun. 2023.

GAMBINA, J. C. ARGENTINA E AS LUTAS POPULARES EM UMA PERSPECTIVA ANTICAPITALISTA. in. SANTOS, R. S.; PITILLO, J. C. P.; VILLAMAR, M. C. V. (Org.). **América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GARAY, O. N. **Obras Sociales: antecedentes**. Ministério de salud. Buenos Aires. 2017. Disponível em: <https://salud.gob.ar/dels/entradas/obras-sociales-antecedentes>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol. 3, 8 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

MENEZES, J. S. B. de. **AS LUTAS POR SAÚDE NO BRASIL: o Projeto de Reforma Sanitária em face das Contrarreformas**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2016.

MOVIMIENTO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES, **Despidos en la salud: ¡Reincorporación ya de Gastón Vacchiani!**. 2014. Disponível em: <https://mst.org.ar/2014/04/22/despidos-en-salud-reincorporacion-ya-de-gaston-vacchiani/>. Acesso em 22 de mar. 2023.

MOVIMIENTO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES. **UTS: Un gremio independiente del gobierno, democrático y participativo**. 2017. Disponível

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em:<https://mst.org.ar/2017/05/24/uts-gremio-independiente-gobierno-democratico-participativo/>. Acesso em 22 de mar. 2023.

MOVIMIENTO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES. **Gastón Vacchiani, candidato a Secretario General. Córdoba: elecciones en la UTS.** 2022a.

Disponível em:<https://mst.org.ar/2022/04/20/gaston-vacchiani-candidato-a-secretario-general-cordoba-elecciones-en-la-uts/>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

MOVIMIENTO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES. **Congreso extraordinario y nutrido acto. UTS:** asumió la nueva conducción. 2022b. Disponível em:<https://mst.org.ar/2022/06/16/congreso-extraordinario-y-nutrido-acto-uts-asumio-la-nueva-conduccion/>. Acesso em 22 mar. 2023.

MOVIMIENTO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES. **Gastón Vacchiani de la UTS:** “Hay un verdadero Cordobazo de la salud”. 2022c. Disponível em:<https://mst.org.ar/2022/11/17/gaston-vacchiani-de-la-uts-hay-un-verdadero-cordobazo-de-la-salud/>. Acesso em 15 de jun. 2023.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão popular 2ªed. 2019.

RAVAGNANI, C. L. C. **A FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE:** direito garantido , não se compra , não se vende. Tese de doutorado. Programa de Pós- graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca/SP. 2013.

REZENDE, C. A. P. **O modelo de gestão do SUS e as ameaças do projeto neoliberal.** In: BRAVO, M. I. S. *et al.* Política de saúde na atual conjuntura: modelos de gestão e agenda para a saúde. Rio de Janeiro: Ed. UERJ : Rede Sirius, 2007.

TEIXEIRA, S. F. **Reflexões teóricas sobre democracia e Reforma Sanitária.** In: TEIXEIRA, S. F. Reforma sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez/Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2011, p. 17-46.

TOLENTINO, R. X. **Perspectivas da subjetivação da racionalidade neoliberal.** CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 25 (2017), pp. 1-296.

UNION DE TRABAJADORES DE SALUD CÓRDOBA EL GREMIO DE LA SALUD PÚBLICA. **se votó la modificación de la ley 7625 un logro de la lucha de salud.**

Facebook. 18 de maio de 2023. Disponível em:<https://www.facebook.com/photo/?fbid=701109278685176&set=pcb.701109352018502>. Acesso em 12 de jun de 2023.

ZAMORA, D. **A retórica da escolha é geralmente enganosa no discurso neoliberal.** Entrevista com Niklas Olsen Publicada pela revista Nueva Sociedad, n. 282, Julho/Agosto de 2019. Disponível em:<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/593292-a-retorica-da-escolha-e-geralmente-enganosa-no-discurso-neoliberal-entrevista-com-niklas-olsen>. Consulta em 16 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO